



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 160,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA

	Ano
As três séries	Kz: 470 615.00
A 1.ª série	Kz: 277 900.00
A 2.ª série	Kz: 145 500.00
A 3.ª série	Kz: 115 470.00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

SUMÁRIO

ANIP — Agência Nacional para o Investimento Privado

Resolução n.º 1/14:

Aprova o Contrato de Investimento do projecto denominado “Document Ango, Limitada,” no valor global de USD 9.500.000,00, no Regime Contratual.

Governo Provincial da Huíla

Despacho n.º 45/14:

Concede Alvará de Licença a favor do Governo Provincial da Huíla, de parcela de terreno do prédio rústico situado na Reserva Fundiária do Eiva, confronta pelo Norte com lavras, pelo Sul com o Aeroporto Tchioco, pela Nascente com lavras e pelo Poente com lavras.

ANIP — AGÊNCIA NACIONAL PARA O INVESTIMENTO PRIVADO

Resolução n.º 1/14 de 6 de Fevereiro

Considerando que a entidades “Document One, Limited”, pessoa colectiva de direito sul-africano, entidade não residente cambial, investidora externa, com sede social na Exchange House, 4.º Piso, 54-58, Rua Athol, Douglas, Ilha de Man e “Robert William Alan Lewis”, pessoa singular de nacionalidade sul-africana, entidade não residente cambial, investidor externo, residente em Hombill Road, Douglasdale, Joanesburgo, África do Sul, apresentaram ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), uma proposta de investimento a

realizar na República de Angola, considerada relevante para o desenvolvimento da economia nacional;

Considerando que no âmbito desta proposta, pretendem os promotores constituírem uma empresa de direito angolano denominada “Document Ango, Limitada”, que se encarregará da implementação, execução e gestão do projecto de investimento;

Considerando ainda, que o Governo da República de Angola está empenhado em promover projectos de investimentos que visam o aumento da oferta de bens e serviços à economia;

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º, da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), e do artigo 13.º do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado por Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da ANIP emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o contrato de investimento do projecto denominado “Document Ango, Limitada”, no valor global de USD 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil dólares dos EUA), no Regime Contratual, cuja actividade principal é a prestação de serviços de arquivo, custódia e gestão electrónica ou manual e conservação de arquivos documentais.

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, aos 19 de Março de 2013. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

**CONTRATO DE INVESTIMENTO
ENTRE A "ANIP E DOCUMENT ONE LIMITED
EROBERT WILLIAM ALAN LEWIS"**

Contrato de Investimento Privado Document Anglo, Limitada

Entre:

Estado angolano, aqui representado pela ANIP — Agência Nacional para o Investimento Privado, órgão encarregue de executar a política nacional em matéria de investimentos privados qualificados, bem como de promover, coordenar, orientar e supervisionar os investimentos privados, nos termos do disposto no artigo 7.º, n.º 2 da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), com sede em Luanda, na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, Edifício do Ministério da Indústria, 9.º andar, aqui representada pela Presidente do Conselho de Administração, Maria Luísa Perdigão Abrantes, com poderes para o acto;

e

1.º — Document One, Limited, pessoa colectiva, entidade não residente cambial, com sede em Exchange House, 4.º piso, 54-58, Rua Athol, Douglas, Ilha de Man, na qualidade de Investidora Externa, aqui representada pelo seu mandatário Adilson Evane do Nascimento Nuncio, respectivo advogado, com poderes bastantes e suficientes para o acto;

2.º — Robert William Alan Lewis, pessoa singular, entidade não residente cambial, residente em Hornbill Road, Douglasdale, Joanesburgo, África do Sul, na qualidade de Investidor Externo;

Considerandos:

Considerando que:

i. Os Investidores Externos pretendem realizar em Angola uma operação de investimento externo que se traduz na introdução em território nacional, de moeda livremente conversível e na criação de uma nova empresa exclusivamente pertencente aos Investidores Externos, ao abrigo do disposto nas alíneas a) e f) do n.º 1 da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado);

ii. Que a empresa a criar assumirá a natureza de uma sociedade comercial por quotas, denominada Document Anglo, Limitada, e, como tal, sujeita ao disposto nos artigos 217.º e seguintes da Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro (Lei das Sociedades Comerciais), na qual cada um dos investidores, na qualidade de sócios, subscreverá uma quota-parte do res-

pectivo capital social nos termos definidos no presente Contrato;

iii. Que os Investidores Externos pretendem usufruir do estatuto de investidores privados na República de Angola;

iv. E que, nos termos do disposto no artigo 51.º da Lei do Investimento Privado, o regime processual único para implementação de um projecto de investimento privado corresponde ao regime contratual, o qual se caracteriza por implicar, necessariamente, uma negociação entre o candidato a investidor e as autoridades competentes do Executivo, sobre os termos específicos do investimento, no âmbito de um contrato de investimento;

É celebrado o presente Contrato de Investimento (adiante designado por Contrato), nos termos e condições seguintes:

CLÁUSULA 1.ª

(Definições)

Investimento Externo: — a introdução e utilização, em Angola, com o recurso a activos domiciliados: i. dentro e fora do território nacional, por pessoas singulares ou colectivas, não residentes cambiais, de capitais, tecnologias e *know how*, bens de equipamentos e outros, em projectos económicos determinados, ou ainda a utilização daqueles fundos na criação de novas empresas, agrupamentos de empresas, ou outra forma de representação social de empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, bem como a aquisição da totalidade ou parte de empresas de direito angolano já existentes, com vista à implementação ou continuidade de determinada actividade económica, de acordo com o seu objecto social;

Investidores Externos: — Significa os segundos outorgantes;

Investimento Privado: — Significa o projecto de investimento a ser realizado pelos Investidores Externos nos termos do presente Contrato.

CLÁUSULA 2.ª

(Natureza Administrativa e Objecto do Contrato)

1. O presente Contrato tem natureza administrativa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), tendo como partes o Estado Angolano, representado pela ANIP e os investidores privados.

2. O objecto do Contrato consiste na criação, pelos Investidores Externos, de uma sociedade por quotas de direito angolano, que terá como actividade principal pres-

tação de serviços de arquivo, custódia e gestão electrónica ou manual e conservação de arquivos documentais.

CLÁUSULA 3.ª

(Localização do Investimento e Regime Jurídico dos Bens do Investidor)

1. O investimento a realizar pelos Investidores Externos será localizado em IJ4, Zona Industrial do Sequele, Comuna da Funda, Município do Cacucaco, Província de Luanda, Zona de Desenvolvimento A, nos termos do artigo 35.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

2. Os bens aplicados no projecto pertencerão à sociedade de direito angolano que irá ser criada pelos Investidores Externos no âmbito do projecto de investimento privado definido no presente Contrato.

CLÁUSULA 4.ª

(Prazo de Vigência do Contrato)

O presente Contrato vigorará pelo período de tempo de vigência da sociedade por quotas de direito angolano a ser criada pelos Investidores Externos, a qual será de duração indeterminada.

CLÁUSULA 5.ª

(Sociedade Executora do Projecto)

A Investidora Externa Document One, Limited e o Investidor Externo Robert William Alan Lewis irão constituir, entre si, uma sociedade por quotas de direito angolano denominada Document Ango, Limitada, com sede em Luanda, no Edifício Moxico, Terceiro Andar, Apartamento n.º trezentos e treze, Belas Business Park, Talatona, com o capital social, a ser inteiramente realizado em dinheiro, no equivalente em kwanzas a USD 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), o qual será dividido em duas quotas, repartidas da seguinte forma:

Document One Limited terá uma quota no valor nominal em kwanzas equivalente a USD 284.715,00 (duzentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quinze dólares dos Estados Unidos da América); Robert William Lewis outra quota no valor nominal em kwanzas equivalente a USD 285,00 (duzentos e oitenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América).

CLÁUSULA 6.ª

(Objectivos a ser Atingido Pelo Projecto de Investimento)

Os objectivos a serem atingidos pelo projecto de investimento traduzem-se:

a) Promoção do desenvolvimento tecnológico;

b) Desenvolvimento de uma empresa de gestão e armazenamento documental de elevada qualidade em Angola;

c) Promover e procurar sensibilizar as pessoas para a incorporação de uma boa prática em gestão de registos em todos os sectores de negócios em Angola;

d) Contribuir para um crescimento sustentável dos nossos clientes.

CLÁUSULA 7.ª

(Montante de Investimento)

1. O montante do investimento a realizar é de USD 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

2. Os investidores poderão proceder ao aumento de capital para investimentos que se enquadrem nos projectos em curso previstos no presente contrato, desde que, para tanto, obtenham a aprovação da ANIP para o efeito, estando, porém, sujeitos à homologação pelo órgão competente para aprovação do investimento.

CLÁUSULA 8.ª

(Operações de Investimento Privado)

A operação de investimento privado a realizar pelos Investidores Externos consistirá numa operação de investimento externo nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 12.º da Lei do Investimento Privado, a ser realizado mediante a introdução no território nacional de moeda livremente conversível, e da criação de uma nova empresa exclusivamente pertencente aos mesmos, nos termos do disposto nas alíneas a) e f), da referida Lei.

CLÁUSULA 9.ª

(Formas de Realização do Investimento Privado)

O investimento externo será realizado através da transferência de fundos próprios dos Investidores Externos provenientes do exterior do País, nos termos do disposto no artigo 13.º, n.º 1, alínea a) da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 10.ª

(Formas de Financiamento do Projecto)

O projecto de investimento será financiado com capitais próprios dos Investidores Externos, provenientes do exterior, que serão repartidos da seguinte forma:

Document One, Limited, aplicará fundos próprios no montante de USD 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) e subscreverá uma quota na sociedade de direito angolano, referida na cláusula quinta, no valor nominal equivalente em kwanzas a USD 284.715,00 (duzentos e oitenta e quatro

mil, setecentos e quinze dólares dos Estados Unidos da América);

Robert William Alan Lewis aplicará fundos próprios no montante de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América) e aplicará tais fundos para subscrever uma quota na referida sociedade no valor nominal equivalente em kwanzas a USD 285,00 (duzentos e oitenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América).

CLÁUSULA 11.ª

(Programa de Implementação e Desenvolvimento do Projecto)

1. Os Investidores Externos prevêem realizar o projecto de investimento privado de forma faseada, conforme Cronograma de Implementação do Projecto de Investimento, que constitui Anexo 3 do presente contrato.

2. Os Investidores Externos prevêem um escalonamento da actividade a desenvolver pela sociedade de direito angolano Document Ango, Limitada nos seguintes termos:

- a) capacidade estimada de armazenamento de 43 000 (quarenta e três mil) caixas em 2015;
- b) capacidade estimada de armazenamento de 87 000 (oitenta e sete mil) caixas em 2016;
- c) capacidade estimada de armazenamento de 131 000 (cento e trinta e uma mil) caixas em 2017;
- d) capacidade estimada de armazenamento de 175 000 (cento e setenta e cinco mil) caixas em 2018;
- e) capacidade estimada de armazenamento de 219 000 (duzentos e dezanove mil) caixas em 2019.

CLÁUSULA 12.ª

(Termos da Proporção e Graduação Percentual do Repatriamento dos Lucros e Dividendos)

1. O projecto de investimento ficará sujeito à legislação cambial em vigor na República de Angola, e às regras previstas na Lei do Investimento Privado.

2. Depois de implementado o Projecto de Investimento e em obediência ao disposto nos artigos 18.º, 19.º e 20.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, e nas condições estabelecidas na autorização do BNA, conforme a legislação cambial aplicável, aos investidores externos é-lhes garantido o direito de transferir para o exterior:

- a) os dividendos ou lucros distribuídos, depois de devidamente verificados e certificados os respectivos comprovativos do pagamento dos impostos devidos, tendo em conta o montante do capital investido e a sua correspondência com as respectivas participações no capital próprio da sociedade;

b) o produto da liquidação dos seus investimentos incluindo as mais-valias, depois de pagos os impostos devidos;

c) quaisquer importâncias que lhe sejam devidas com dedução dos respectivos impostos, previstos em actos e contratos que, nos termos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, constituam investimento privado; e

d) produto de indemnizações, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

3. Os Investidores só terão direito ao início do repatriamento dos lucros depois de transcorridos três (3) anos a contar da data implementação efectiva do projecto de investimento.

CLÁUSULA 13.ª

(Definição das Condições de Exploração do Projecto)

A exploração do projecto nas suas diversas fases de implementação, e bem assim, aquando da respectiva execução, será efectuada pelos Investidores Externos.

CLÁUSULA 14.ª

(Mecanismos de Acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento da realização dos investimentos preconizados, a ser efectuado pela ANIP, no quadro do disposto na Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, os Órgãos do Governo procederão, nos termos e forma legalmente prevista, à fiscalização sectorial corrente, ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do projecto.

2. Os "Investidores" deverão facilitar a ANIP o acompanhamento e fiscalização das suas actividades e dos dados e elementos que possuírem de natureza técnica, económica, financeira ou outra, cujos Técnicos devidamente credenciados terão o direito de visitar o local ou locais de operações, adstritas ao projecto de investimento, devendo ser-lhes facultadas as condições logísticas necessárias ao desempenho da sua missão.

3. De acordo com o Cronograma de Implementação e Execução do Projecto que constitui anexo ao presente contrato de investimento, o(s) "Investidores", sem prejuízo do estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, deverá elaborar e apresentar à ANIP relatórios trimestrais, no período de investimento e anual, no período de exploração, com todos os dados relevantes, contendo a descrição circunstanciada dos trabalhos apurados e indicadores técnicos e económicos realizados, bem como outros elementos de síntese que se afigurem relevantes.

4. Sempre que necessário as Partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implementação e execução do projecto de investimento autorizado.

5. As notificações ou comunicações entre as Partes, no âmbito do presente Contrato de investimento só se consideram validamente realizadas se forem efectuadas por escrito e entregues pessoalmente ou enviadas por correio, correio electrónico (*e-mail*) e fax para os seguintes endereços:

a) ANIP:

Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, Edifício do Ministério da Indústria, 9.º andar Luanda-Angola.
Telefones: (+244) 222 39 14 34 / 33 12 52
Fax: (+244) 222 39 33 81 / 39 38 33
CP: 5465
E-mail: geral@anip.co.ao

b) Investidores) Robert Lewis

Belas Business Park, 3.º andar, Edifício Moxico, n.º 313
Talatona
Luanda-Angola
Telefone: (+244)923868622
E-mail: rlewis@lalliance.com

6. Qualquer alteração aos endereços acima indicados deverá ser prontamente comunicada, por escrito, à outra Parte.

CLÁUSULA 15.ª

(Impacto Económico e Social do Projecto)

O impacto económico e social do projecto será o seguinte, após um período de três anos:

- a) Criação de 26 postos de trabalhos locais para a operação/exploração do projecto;
- b) Contribuir com um VAB acumulado de no sector, de USD 4.047.171,00 (quatro milhões, quarenta e sete mil e cento e setenta e um dólares dos Estados Unidos da América);
- c) Desenvolver uma actividade inovadora e propiciar ao mercado local uma gestão de registos e de documentos adequada e eficiente que obedecerá às rigorosas normas de procedimento internacionais estabelecidas por instituições internacionais, tais como a PRISM e a ARMA.

CLÁUSULA 16.ª

(Impacto Ambiental)

1. A actividade a exercer pela sociedade a constituir ao abrigo do presente Contrato traduz-se numa actividade de prestação de serviços de arquivo de documentos, pelo que

a mesma não terá um impacto directo no ambiente, e, como tal, não provocará quaisquer danos ambientais.

2. Não obstante o disposto no antecedente número um da presente cláusula, os Investidores Externos cumprirão com toda a legislação ambiental vigente na República de Angola, e, em especial, com o disposto no Decreto n.º 51/04, de 23 de Julho, Decreto n.º 59/07, de 13 de Julho e Lei n.º 5/98, de 19 de Junho (Lei de Bases do Ambiente).

CLÁUSULA 17.ª

(Força de Trabalho e Plano de Formação Profissional)

1. O projecto de investimento privado prevê a criação de (29) vinte e nove postos de trabalho, conforme descrição abaixo:

- a) (3) três trabalhadores expatriados nas áreas de gestão, que serão reduzidos apenas para um trabalhador expatriado de acordo com o princípio de substituição por trabalhadores angolanos;
- b) (26) vinte e seis trabalhadores nacionais.

2. Para além do cumprimento das obrigações previstas no Plano de Recrutamento e Formação da mão-de-obra nacional, a Sociedade ficará também obrigada a:

- a) Promover a substituição gradual da mão-de-obra expatriada, por trabalhadores nacionais, nos termos do Decreto n.º 5/95, de 7 de Abril;
- b) Colaborar com o INEFOP no processo de recrutamento, selecção e formação profissional dos trabalhadores angolanos;
- c) Cumprir com as obrigações inerentes à sua qualidade de empregador, designadamente os descontos de Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho e contribuições para a Segurança Social, celebrar contratos de seguros de trabalho e doenças profissionais; e
- d) Assegurar-se que as empresas subcontratadas celebrem contratos de seguro contra acidentes de trabalho a favor dos seus trabalhadores;
- e) O cumprimento do plano de formação, capacitação da força de trabalho nacional e substituição gradual da força de trabalho estrangeira pela nacional num período que se estima até ao 3.º ano, dependendo da complexidade da função, nos termos do Anexo 3.

3. Os "Investidores" têm como objectivo proporcionar formação intensiva e transmissão de *know-how* aos técnicos nacionais.

CLÁUSULA 18.^a
(Apoio Institucional do Estado)

No âmbito da execução do presente projecto de investimento privado, os Investidores Externos contarão com o apoio institucional do Estado Angolano através das seguintes instituições:

- a) ANIP para a aprovação do presente projecto de investimento privado;
- b) Banco Nacional de Angola, para a emissão das respectivas licenças de importação de capitais;
- c) Ministério do Comércio, para a emissão do respectivo alvará comercial;
- d) Ministério das Obras Públicas para a emissão da correspondente licença de construção das instalações afectas ao projecto de investimento.

CLÁUSULA 19.^a
(Deveres dos Investidores e Direitos)

1. Os Investidores obrigam-se, em geral, a respeitar as leis e regulamentos em vigor, bem como os compromissos contratuais e submetem-se ao controlo das autoridades competentes, devendo prestar-lhes todas as informações solicitadas e, em especial, a:

- a) Respeitar os prazos fixados para a importação de capitais e para implementação do Projecto de Investimento, de acordo com os compromissos assumidos no presente Contrato;
- b) Aplicar o plano de contas e as regras de contabilidade estabelecidos no País;
- c) Promover a formação de mão-de-obra nacional e a angolanização progressiva dos quadros de direcção e chefia, sem qualquer tipo de discriminação;
- d) Constituir fundos e reservas e fazer provisões nos termos da legislação em vigor; e
- e) Efectuar e manter actualizados, nos termos da lei, os seguros contra acidentes e doenças profissionais dos trabalhadores, bem como seguros de responsabilidade civil por danos a terceiros ou ambiental;
- f) Comprovar a observância de todos os pressupostos atinentes ao usufruto de quaisquer incentivos previstos no presente Contrato;
- g) Publicitar nos seus documentos oficiais todos os incentivos de que seja beneficiário.

2. Sem prejuízo de outros direitos da Sociedade estabelecidos no presente Contrato, a Sociedade gozará ainda dos seguintes direitos:

- a) Estatuto de sociedade de direito angolano;

- b) Total protecção e respeito pelo sigilo profissional bancário e comercial;
- c) Protecção da propriedade industrial e sobre todas as suas criações intelectuais.

3. Os Investidores têm o direito de recorrer ao crédito interno e externo nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA 20.^a
(Deveres do Estado)

Para além do disposto no presente Contrato, o Estado angolano, através dos seus órgãos e instituições, deve garantir:

- a) O acesso aos tribunais angolanos para a defesa dos direitos dos investidores, assegurando processo legal;
- b) Uma indemnização justa, pronta e efectiva por bens dos Investidores, que por motivos devidamente justificados, venham a ser expropriados para servir o interesse público;
- c) A protecção de todos os direitos e garantias previstos nos artigos 14.º, 15.º, 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º e 22.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 21.^a
(Lei Aplicável)

O presente Contrato rege-se e será interpretado de acordo com a Lei Angolana.

CLÁUSULA 22.^a
(Infracções e Sanções)

1. Constitui transgressão o incumprimento doloso ou culposamente das obrigações legais a que os Investidores Externos estão sujeitos nos termos da lei do Investimento Privado e demais legislação sobre investimento privado conforme disposto no artigo 83.º da Lei do Investimento Privado.

2. Constituem transgressões, nomeadamente, as seguintes condutas referidas no n.º 1 do artigo 84.º da Lei do Investimento Privado:

- a) O uso das contribuições provenientes do exterior para finalidades diversas daquelas para as quais tenham sido autorizadas;
- b) A prática de actos de comércio fora do âmbito do projecto autorizado;
- c) A prática de facturação que permita a saída de capitais ou iluda as obrigações a que a empresa esteja sujeita, designadamente as de carácter fiscal;
- d) A não execução das acções de formação ou a não substituição de trabalhadores estrangeiros por nacionais nas condições e prazos previstos na proposta de investimento;

- e) A não execução injustificada do investimento nos prazos contratualmente acordados;
- f) A falta de informação anual à ANIP sobre a implementação e o desenvolvimento do investimento, os lucros e os dividendos dos empreendimentos referida no n.º 1 do artigo 84.º da Lei do Investimento;
- g) A falsificação de mercadorias e a prestação de falsas declarações.

3. Sem prejuízo de outras penalidades especialmente previstas por lei, as transgressões supra referidas são passíveis de multa e outras penalizações previstas no artigo 86.º da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 23.ª
(Resolução de Litígios)

1. Em caso de litígio relativamente à interpretação ou execução do presente Contrato, as Partes diligenciarão no sentido de alcançar, por acordo amigável, uma solução adequada e equitativa.

2. As Partes submetem à arbitragem a resolução de qualquer litígio ou diferendo relativo à interpretação, execução ou resolução do presente Contrato, a qual será realizada por um Tribunal constituído nos termos da presente cláusula e, supletivamente, de acordo com o disposto na Lei n.º 16/03, de 25 de Julho (Lei sobre a Arbitragem Voluntária), de Angola.

3. O Tribunal Arbitral será constituído por três árbitros, devendo cada uma das Partes nomear um árbitro, designando os árbitros escolhidos um outro, que presidirá ao mesmo.

4. A notificação a fazer por qualquer das Partes deverá, obrigatoriamente, identificar a outra Parte, indicar a pretensão de submissão do litígio à arbitragem, indicar a conven-

ção de arbitragem, identificar e indicar a morada ou domicílio profissional do árbitro escolhido, convidar a Contraparte a nomear o seu árbitro e identificar o objecto do litígio.

5. A outra Parte que recebeu a comunicação referida no número anterior, deverá nomear o seu árbitro, indicando, também, a sua morada ou domicílio profissional, no prazo máximo de quinze dias após a recepção da referida comunicação.

6. O árbitro presidente será designado pelos dois árbitros nomeados pelas Partes, no prazo máximo de oito dias.

7. O Tribunal Arbitral funcionará em Luanda, no local que for escolhido pelo árbitro presidente e julgará segundo o direito angolano, nomeadamente, no que respeita ao processo civil, devendo a respectiva decisão ser proferida no prazo máximo de seis meses a contar do início do processo.

CLÁUSULA 24.ª
(Língua do Contrato e Exemplares)

O presente Contrato foi redigido e será assinado em língua portuguesa, elaborado e assinado em quatro exemplares, de igual forma e teor, ficando cada um dos exemplares na posse de cada uma das Partes.

CLÁUSULA 25.ª
(Anexos ao Contrato)

Constui parte integrante do presente Contrato o Anexo I - Plano de Formação de Mão-de-Obra Nacional; Anexo II - Plano de Substituição da Mão-de-Obra Expatriada; Anexo III - Cronograma de Implementação do Projeto; e Anexo IV - Informação Adicional sobre a Formação Profissional.

Feito em Luanda, aos 19 de Março de 2013.

Pela República de Angola, A Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

Pelos Investidores: Document One, Limited, Adilson Evane do Nascimento Nuncio, *Robert William Alan Lewis*.

ANEXO I — Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional (n.ºs 1 e 3 artigo 72.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio)

[illegible]

[illegible]

ANEXO III — Cronograma de Implementação do Projecto
Cronograma de Implementação do Projecto de Document Ango

Apresentação do Projecto ao ANIP								
Aprovação do Investimento pela ANIP								
Licença Para Importação de Capital								
Importação de \$ 9 500000 Fundos								
Incorporação da Empresa								
Região Comercial								
Emissão de Licença Comercial								
Aquisição de Clientes								
Aquisição de Terrenos								
Iniciação da Construção do Armazém								
Nomeação do Pessoal								
Aquisição de Materiais								
Iniciação das Operações								
	Out/Nov 2012	Dez 2012/Jan 2013	Fev/Març 2013	Abr/Mai 2013	Jun/Jul 2013	Ago/Set 2013	Out/Nov 2013	Dez 2013/Jan 2014

ANEXO IV — Informação Adicional
sobre a Formação Profissional

As formações a prestar pela Document Ango serão as seguintes:

- a) Segurança de Informação, Desenvolvimento, Negocial e Prevenção de Incidentes;
- b) Registo de Bases de Dados e Gestão de Registos;
- c) Disposição de Registos;
- d) Gestão de Registos Pessoais;
- e) Gestão de Registos Avançada;
- f) Gestão de Auditoria de Registos;
- g) Gestão de Registos e Conduta Deontológica para Quadros de Empresa;

- h) Planeamento de Ficheiros e Política de Implementação;
 - i) Gestão Financeira de Registos;
 - j) Módulos adicionais, em áreas diversas, incluindo medicina no trabalho, construção e geologia;
 - k) Dispositivo Móvel de Digitalização.
- O Director Administrativo nacional irá frequentar as formações mencionadas nas alíneas a); b); c); d); e); f); g); h); i) e j).
- O Pessoal Administrativo irá frequentar as formações mencionadas nas alíneas a); b); d); f); h) e i).
- Os Condutores de Recolhas irão receber as formações mencionadas nas alíneas b) e k) nas instalações da empresa prestadas por um dos directores da mesma.

GOVERNO PROVINCIAL DA HUÍLA

Despacho n.º 45/14
de 6 de Fevereiro

Havendo necessidade do Governo Provincial efectuar a cedência de 283ha parcela Terreno situado na Eiva, Município do Lubango, Província da Huíla, à Empresa APD (Angola Propriedades e Desenvolvimento);

Usando da Faculdade que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 201.º da Constituição da República, conjugado com o artigo 20.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho, e o n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Executivo n.º 14/09, de 2 de Março, determino:

1.º — É concedido o presente Alvará de Licença, que assino e faço autenticar, a favor do Governo Provincial da Huíla, à qual por deliberação tomada por este Governo Provincial, foi concedido licenciamento de loteamento do acima referida parcela de terreno, prédio rústico situado na reserva Fundiária do Eiva, tendo o referido terreno vindo para o domínio privado do Governo Provincial da Huíla, por força do Decreto Executivo Conjunto n.º 138/09, de 3 de Dezembro, dos Ministros do Urbanismo e Habitação e da Administração do Território, publicado no *Diário da República* n.º 229, 1.ª série de 3 de Dezembro de 2009, confronta pelo Norte com lavras, pelo Sul com o Aeroporto Tchioco, pelo Nascente com lavras e pelo Poente com lavras, com as coordenadas:

1 — $x=351297,145$ $y=8353925,497$;

2 — $x=351207,145$ $y=8352725,757$;

3 — $x=352586,220$ $y=8352725,757$;

4 — $x=352586,220$ $y=8353925,497$.

Enquadramento urbanístico:

O prédio que vai ser loteado, situa-se em Espaço Urbanizável na Reserva Fundiária do Eiva, criado pelo Decreto Executivo Conjunto e o projecto apresentado de "loteamento de uma Parcela de Terreno com 283ha", res-

peita os índices urbanísticos estabelecidos, tendo a proposta sido aprovada.

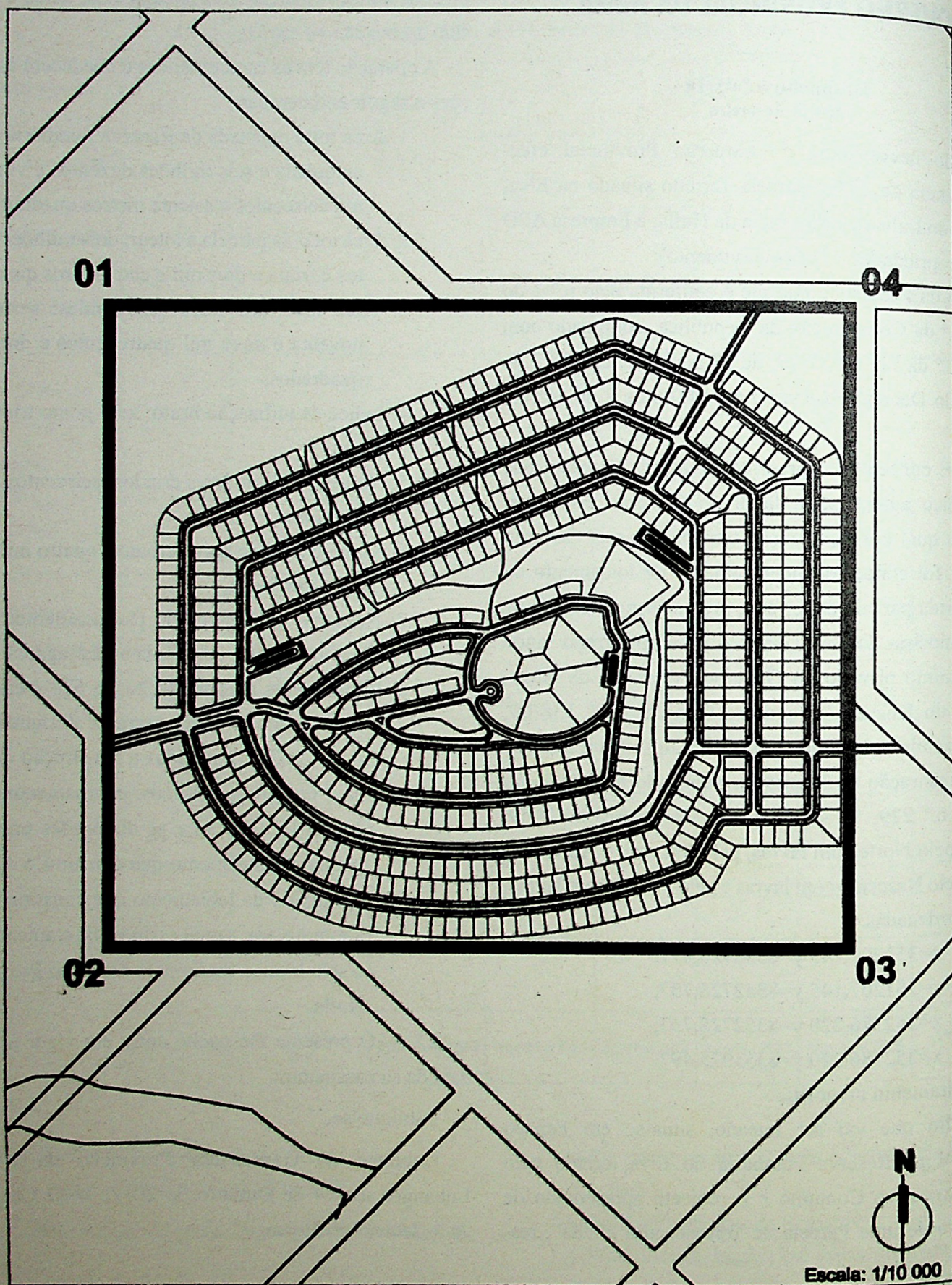
A operação tem as características e obedecerá às prescrições a seguir enumeradas:


1. Área total registada da Reserva Fundiária do Eiva: cinquenta e seis milhões duzentos e vinte e oito mil seiscentos e setenta metros quadrados;
2. Área total da parcela a lotear: dois milhões oitocentos e trinta e dois mil e cem metros quadrados;
3. Área total dos lotes constituídos: seiscentos e noventa e nove mil quatrocentos e dois metros quadrados;
4. Índice de utilização bruto: zero ponto trinta e quatro;
5. Número total de lotes criados: seiscentos e vinte e oito lotes;
6. Número total de fogos criados: quatro mil seiscentos e um fogos;
7. Números de lugares de estacionamento; seis mil quatrocentos e cinquenta e três lugares;
8. É autorizada a constituição de 628 (seiscentos e vinte e oito) lotes de terreno, designados pelos n.ºs 1 a 628, destinados à construção de habitação, comércio, serviços, equipamentos e lazer, com a localização e as dimensões previstas na planta de loteamento que constitui o Anexo 1 e no quadro de loteamento que constitui Anexo 2 a este Alvará, a qual assino e faço autenticar com o selo branco usado pelo Governo Provincial da Huíla.

2.º — O presente Despacho entra em vigor à partir da data da sua assinatura.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial da Huíla, no Lubango, aos 14 de Outubro de 2013. — O Governador, *João Marcelino Typinge*.



DATA: 15/04/2013	REQUERENTE: GOVERNO PROVINCIAL DA HUÍLA	 <small>REPÚBLICA DE ANGOLA GOVERNO PROVINCIAL DA HUÍLA</small>
COORDENADAS:	LOCAL:	
01 - X= 301207,145 Y= 6363025,497 02 - X= 301207,145 Y= 6362725,757 03 - X= 602006,220 Y= 6362725,757 04 - X= 602006,220 Y= 6363025,497	PLANO DIRETOR DO EYWA - LUBANGO Reserva Fundiária - EYWA PROJECTO: Lotçamento de Parcela de Terreno com 283 ha	
		ÁREA: 283 ha IGCA HUÍLA

O Governador, *João Marcelino Tyipinge*.